

Infraestrutura
Brasil Holding II S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstração dos resultados	9
Demonstração dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Infraestrutura Brasil Holding II S.A. Bauru – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding II S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Infraestrutura Brasil Holding II S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros de controlada relacionados à “concessão”

Veja a Nota explicativa nº 2.3, 2.9 e 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a controlada CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART (“CART”) reconheceu, nas demonstrações financeiras consolidadas, ativos não financeiros relacionados à concessão no valor de R\$ 2.326.851 mil.</p> <p>A CART avalia anualmente a existência de indicadores de desvalorização dos valores contábeis desses ativos e estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC) às quais esses ativos estão alocados.</p> <p>A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI).</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o em uso da unidade geradora de negócios que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho dos controles internos chave;- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (<i>corporate finance</i>):<ul style="list-style-type: none">(i) se a estimativa do valor em uso da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;(ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com o orçamento aprovado pelo Grupo e se os argumentos apresentados são razoáveis;(iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis;(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões;(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração:- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Realização dos ativos fiscais diferidos

Veja a Nota explicativa nº 2.3, 2.7.2 e 5.b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo, que compreende a Companhia e suas controladas, reconheceu nas suas demonstrações financeiras consolidadas, ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 400.845 mil .</p> <p>Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados.</p> <p>As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Companhia e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA)); (iv) período projetivo da concessão.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho dos controles internos chave;- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas (<i>corporate finance</i>):<ul style="list-style-type: none">(i) se a estimativa utilizada para estimar os lucros tributáveis futuros foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;(ii) se as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e se são condizentes com o orçamento aprovado pelo Grupo e se os argumentos apresentados são razoáveis;(iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis;(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões;(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração. <p>– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 1.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 20 de abril de 2022. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e sobre as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre elas tomados em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a

eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

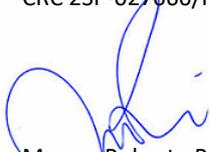
Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 22 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F



Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A - CNPJ. 30.799.177/0001-60BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
			Reapresentado		Reapresentado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3.a	39.698	369	271.339	376.075
Aplicações financeiras vinculadas	3.b	-	-	8.658	-
Contas a receber	4	-	-	29.677	27.193
Estoques		-	-	5.318	2.004
Tributos a recuperar	5.a	156	-	4.966	1.152
Adiantamentos		39	-	9.836	4.503
Partes relacionadas	6	-	363.382	8	363.497
Outros ativos		-	-	5	-
Total do ativo circulante		<u>39.893</u>	<u>363.751</u>	<u>329.807</u>	<u>774.424</u>
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	5.a	-	72	-	72
Impostos diferidos ativos	5.b	-	-	400.845	369.154
Partes relacionadas	6	918.320	540.442	918.320	540.442
Depósitos judiciais	16	-	-	17.049	19.637
Outros		-	-	9	9
Imobilizado	7	-	-	36.241	6.170
Intangível	8	-	-	2.248.802	2.136.475
Infraestrutura em andamento	8	-	-	78.049	166.995
Investimento	9	1.503.683	1.486.535	-	-
Total do ativo não circulante		<u>2.422.003</u>	<u>2.027.049</u>	<u>3.699.315</u>	<u>3.238.954</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.461.896</u>	<u>2.390.800</u>	<u>4.029.122</u>	<u>4.013.378</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	10	1	-	46.071	28.287
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	-	129.041
Debêntures	12	-	347.631	70.078	474.841
Tributos a recolher		48	29	5.162	4.321
Obrigações com empregados e administradores		-	-	8.930	6.289
Credor pela concessão	15	-	-	1.377	1.157
Partes relacionadas	6	-	-	237	262
Receita acessória antecipada	17	-	-	8.647	12.697
Passivo de arrendamento	19	-	-	2.484	-
Provisão para manutenção	18	-	-	97.759	-
Contas a pagar pela aquisição de investida	14	58.550	-	58.550	-
Outros		-	-	566	74
Total do passivo circulante		<u>58.599</u>	<u>347.660</u>	<u>299.861</u>	<u>656.969</u>
NÃO CIRCULANTE					
Passivo de arrendamento	19	-	-	3.973	-
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	170.607
Debêntures		506.402	-	1.689.150	857.262
Dividendos a pagar		3.055	3.055	3.055	3.055
Partes relacionadas	6	356	356	-	-
Provisão para riscos processuais	16	-	-	86.072	82.854
Receita acessória antecipada	17	-	-	36.014	36.925
Provisão para manutenção	18	-	-	17.513	165.977
Tributos diferidos	5.b	48.882	48.882	48.882	48.882
Contas a pagar pela aquisição de investida	14	58.549	105.762	58.549	105.762
Total do passivo não circulante		<u>617.244</u>	<u>158.055</u>	<u>1.943.208</u>	<u>1.471.324</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	20.a	1.633.001	1.633.001	1.633.001	1.633.001
Avaliação patrimonial	20.a	(51.981)	(66.477)	(51.981)	(66.477)
Reserva legal	20.b	16.081	16.081	16.081	16.081
Reserva de retenção de lucros	20.c	188.952	302.480	188.952	302.480
Total do patrimônio líquido		<u>1.786.053</u>	<u>1.885.085</u>	<u>1.786.053</u>	<u>1.885.085</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.461.896</u>	<u>2.390.800</u>	<u>4.029.122</u>	<u>4.013.378</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A - CNPJ. 30.799.177/0001-60

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
			Reapresentado		Reapresentado
Receita operacional líquida	21	-	-	581.038	323.455
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(423.924)	(237.781)
LUCRO BRUTO		-	-	157.114	85.674
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	(162)	(113)	(52.239)	(31.502)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	-	-	490	23
Ganho na aquisição de investimentos	9	-	143.770	-	143.770
Resultado de equivalência patrimonial	22	(68.564)	236.128	-	-
RESULTADO OPERACIONAL		(68.726)	379.785	105.365	197.965
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	39.715	8.610	55.931	11.982
Despesas financeiras	23	(45.219)	(9.618)	(267.217)	(120.852)
		(5.504)	(1.008)	(211.286)	(108.870)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(74.230)	378.777	(105.921)	89.095
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.b	-	(48.882)	31.691	240.800
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(74.230)	329.895	(74.230)	329.895
(Prejuízo) Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	24	(0,045)	4,190	(0,045)	4,190

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A - CNPJ. 30.799.177/0001-60

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
		Reapresentado		Reapresentado
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(74.230)</u>	<u>329.895</u>	<u>(74.230)</u>	<u>329.895</u>
Ajuste de avaliação patrimonial				
Reconhecimento do ajuste a valor presente	<u>(24.802)</u>	<u>(74.756)</u>	<u>(24.802)</u>	<u>(74.756)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>(24.802)</u>	<u>(74.756)</u>	<u>(24.802)</u>	<u>(74.756)</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(99.032)</u>	<u>255.139</u>	<u>(99.032)</u>	<u>255.139</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A - CNPJ. 30.799.177/0001-60DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros		Avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019							
		<u>630.001</u>	-	-	-	-	<u>630.001</u>
Aumento de capital	8	1.003.000	-	-	-	-	1.003.000
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	329.895	329.895
Reconhecimento do ajuste a valor presente		-	-	-	(74.756)	-	(74.756)
Ajuste a valor presente		-	-	-	8.279	(8.279)	-
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	8	-	16.081	-	-	(16.081)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(3.055)	(3.055)
Reserva de retenção de lucros		-	-	302.480	-	(302.480)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - Reapresentado							
		<u>1.633.001</u>	<u>16.081</u>	<u>302.480</u>	<u>(66.477)</u>	<u>-</u>	<u>1.885.085</u>
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(74.230)	(74.230)
Reconhecimento do ajuste a valor presente		-	-	-	(24.802)	-	(24.802)
Ajuste a valor presente		-	-	-	39.298	(39.298)	-
Destinação do lucro líquido:							
Reserva de retenção de lucros	8	-	-	(113.528)	-	113.528	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021							
		<u>1.633.001</u>	<u>16.081</u>	<u>188.952</u>	<u>(51.981)</u>	<u>-</u>	<u>1.786.053</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A - CNPJ. 30.799.177/0001-60

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E
DE 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado do exercício		(74.230)	329.895	(74.230)	329.895
Ajustes:					
Resultado de equivalência patrimonial		68.564	(236.128)	-	-
Ganho na compra de investimento		-	(143.770)	-	(143.770)
Depreciação e amortização		-	-	132.343	79.923
Baixa de imobilizado e intangível		-	-	520	-
Provisão para manutenção	18	-	-	28.425	21.823
Provisão para riscos processuais, líquidos	16	-	-	3.077	11.201
Variações monetárias e encargos, líquidos		25.490	8.664	237.978	109.192
Custo de captação amortizado das debêntures		4.599	810	12.391	8.030
Juros sobre contrato de arrendamento		-	-	244	-
Impostos diferidos	5.b	-	48.882	(31.691)	(240.800)
AVP contas a receber		(39.298)	(8.279)	(39.298)	(8.279)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	4	-	-	(2.484)	(12.949)
Estoques		-	-	(3.314)	730
Tributos a recuperar	5.a	(84)	(72)	(3.742)	1.166
Depósitos judiciais	16	-	-	2.588	743
Adiantamentos		(39)	-	(5.333)	(839)
Partes relacionadas	6	-	-	115	-
Outros ativos		-	-	(5)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	10	1	-	(79.022)	9.861
Obrigações com empregados e administradores		-	-	2.642	1.525
Tributos a recolher		19	28	841	129
Partes relacionadas	6	-	-	(34)	(15.833)
Receita acessória antecipada	17	-	-	(911)	2.292
Pagamento de outorga variável	15	-	-	220	412
Outras obrigações e contas a pagar		11.337	-	7.534	64
Juros pagos sobre passivo de arrendamento	19	-	-	(244)	-
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(22.597)	-	(115.197)	(65.499)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(26.238)	30	73.413	89.017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	27.a	-	-	(31.421)	(980)
Aquisição de intangível	27.b	-	-	(130.235)	(68.489)
Aplicações financeiras		-	-	74.450	41.130
Aquisição de investimento	9	(85.712)	(620.898)	(85.712)	(610.830)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada		-	(386.200)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(85.712)	(1.007.098)	(172.918)	(639.169)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE					
Integralização de capital		-	662.700	12	662.700
Aumento de capital		-	-	85.700	-
Captação de empréstimos, financiamentos e notas promissórias		600.000	344.736	1.311.420	354.736
Atualização captação debêntures		1.279	-	1.279	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures		(450.000)	-	(1.403.502)	(91.210)
Pagamento de passivo de arrendamento	19	-	-	(140)	-
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamento		151.279	1.007.436	(5.231)	926.226
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		39.329	368	(104.736)	376.074
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		369	1	376.075	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		39.698	369	271.339	376.075
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		39.329	368	(104.736)	376.074

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A. – IBH II

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Infraestrutura Brasil Holding II S.A. (“IBH II” ou “Companhia”) é uma *holding* controladora de sociedade por ações de capital fechado, constituída em 27 de junho de 2018 que tem como atividade preponderante a participação em outras sociedades. Estas demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias (“Grupo”).

A sede da IBH II está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

A IBH II é controlada diretamente pela Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. e indiretamente pelo Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações. A operação tem como objetivo reforçar a participação do Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia no setor de rodovias.

1.2 RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADA E CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Participação	Participação acionária %	
		2021	2020
CART (a)	Controlada	100	100
IBH I (b)	Controlada em conjunto	24	-

(a) CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART (“CART”)

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

(a.1) Contraprestação

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação:

Preço de Compra Preliminar (i)	445.732
Ajustes Pós Fechamento (ii)	93.673
Valor condicionado a benefícios futuros (iii)	181.032
Total da Contraprestação	720.437

- (i) Refere-se ao preço de compra preliminar definido de R\$ 440.000 devidamente atualizado na data de fechamento da operação. O montante foi devidamente pago em abril de 2020;
- (ii) Refere-se aos ajustes de apuração realizados entre a data de assinatura do contrato de compra e venda (31 de dezembro de 2019) e a data efetiva de fechamento da operação (30 de abril de 2020) de capital de giro, dívida líquida e capex investido;
- (iii) Refere-se ao montante máximo de R\$ 190.000, condicionado a assinatura do Edital de Licitação Internacional nº 01/2019, sendo retidos R\$ 110.000 como garantia a serem pagos 50% em 2022, 37,5% em 2023 e 12,50% em 2024.

A Companhia possui ainda um compromisso vinculado ao processo de arbitragem existente entre a CART e a OAS, caso haja êxito no pleito feito pela CART, a Companhia deverá repassar o ativo indenizatório a antiga acionista (Invepar), o valor justo estimado pelos seus assessores jurídicos de R\$ 191.961 (R\$ 173.377 em 2020).

(a.2) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

	30/04/2020
Caixa	7.965
Contas a receber	16.441
Estoques	2.734
Tributos a recuperar	2.092
Adiantamentos	1.219
Imobilizado	6.266
Intangível	2.313.829
Outros ativos	99.861
Empréstimos e financiamentos	(1.281.745)
Fornecedores e outros passivos	<u>(304.455)</u>
Ativos identificáveis e passivos, líquido	<u><u>864.207</u></u>

(a.3) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Método <i>multi-period excess earnings</i> : o método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas cobranças de pedágios, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.

(b) IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES (“IBH I”)

Em 31 de março de 2021, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária na IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. aprovando o capital social em R\$ 50, mediante a emissão de 50 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Desta forma, IBH II detém 12.000 ações ordinárias, com valor de emissão de R\$ 1,00 (hum real) por ação, fixado com base no artigo 170, §1º, incisos I e II, da lei das S.A.

A IBH I tem por objeto social (i) a prestação de serviços de operação e administração, direta ou indiretamente, no país ou no exterior, de rodovias, vias urbanas, estradas; (ii) a prestação de serviços de consultoria, orientação, organização, controle orçamentário, informação e gestão entre outros no setor de rodovias; (iii) prestação de serviços administrativos de rotina a empresas, sob contrato, tais como planejamento financeiro, contabilidade e outros; (iv) a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista, no país ou no exterior; e (v) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social.

1.3 RETIFICAÇÃO DE ERROS

Durante o exercício de 2021, a Administração da Companhia identificou que determinadas transações precisavam ser melhor apresentadas nos saldos comparativos das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com impacto no balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demonstração do resultado abrangente e demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Tais reapresentações, dos saldos comparativos, devem-se ao fato que a Administração da Companhia não apresentou anteriormente os impactos contábeis dos registros de boletins de subscrição, onde é estabelecido cronograma de aporte de capital pelo acionista, para fazer frente aos investimentos necessários na CART sendo esta condição irrevogável e irretratável, sendo estes boletins de subscrição considerados instrumentos financeiros, de acordo com o CPC 39 - Instrumentos financeiros (IAS 32).

Com isso, a Companhia registrou o contas a receber de R\$ 970.000 em contrapartida do referido aumento de capital social. A transação foi contabilizada a valor presente, sendo apurado um efeito de R\$ 74.756 reconhecidos como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Ainda durante o exercício de 2020, foi apropriado no resultado o montante de R\$ 8.279, referente a realização do valor justo.

Cronograma de aportes:

- R\$ 185.000 a serem realizados até a quitação integral das obrigações decorrentes das debêntures: (a) até 18º mês contados a partir de 03 de novembro de 2020, ou (b) em até 20 dias úteis contados da data de vencimento final as debêntures ou data de decretação de vencimento antecipado das Debêntures, o que ocorrer primeiro;
- R\$ 185.000 a serem realizados até 04 de novembro de 2021 ou em até 20 dias úteis após notificação pela Companhia ao acionista, o que ocorrer primeiro;
- R\$ 600.000 até 31 de dezembro de 2024 ou até em até 20 dias úteis após notificação pela Companhia ao acionista, o que ocorrer primeiro;

Os saldos comparativos foram corrigidos em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1).

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

a) Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2020	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Ajustes (Não auditado)	Reapresentado (Não auditado)	Apresentado anteriormente	Ajustes (Não auditado)	Reapresentado (Não auditado)
<u>ATIVO</u>						
CIRCULANTE						
Partes relacionadas	-	363.382	363.382	115	363.382	363.497
Outros ativos	369	-	369	410.927	-	410.927
Total do ativo circulante	369	363.382	363.751	411.042	363.382	774.424
NÃO CIRCULANTE						
Outros ativos	72	-	72	388.872	-	388.872
Partes relacionadas	-	540.442	540.442	-	540.442	540.442
Imobilizado	-	-	-	6.170	-	6.170
Intangível	-	-	-	2.136.475	-	2.136.475
Infraestrutura em andamento	-	-	-	166.995	-	166.995
Investimento	1.486.535	-	1.486.535	-	-	-
Total do ativo não circulante	1.486.607	540.442	2.027.049	2.698.512	540.442	3.238.954
TOTAL DO ATIVO	1.486.976	903.824	2.390.800	3.109.554	903.824	4.013.378
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>						
PASSIVO CIRCULANTE	347.659	-	347.659	656.968	-	656.968
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	158.055	-	158.056	1.471.324	-	1.471.324
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	662.701	970.300	1.633.001	662.701	970.300	1.633.001
Avaliação patrimonial	-	(66.477)	(66.477)	-	(66.477)	(66.477)
Reserva legal	16.081	-	16.081	16.081	-	16.081
Reserva de retenção de lucros	302.480	-	302.480	302.480	-	302.480
Total do patrimônio líquido	981.262	903.824	1.885.085	981.262	903.824	1.885.085
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.486.976	903.824	2.390.800	3.109.554	903.824	4.013.378

b) Demonstração do resultado do exercício e demonstração do resultado abrangente

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Ajustes (Não auditado)	Reapresentado (Não auditado)	Apresentado anteriormente	Ajustes (Não auditado)	Reapresentado (Não auditado)
31 de dezembro de 2020						
RESULTADO OPERACIONAL	379.785	-	379.785	197.965	-	197.965
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	331	8.279	8.610	3.703	8.279	11.982
Despesas financeiras	(9.618)	-	(9.618)	(120.852)	-	(120.852)
	(9.287)	8.279	(1.008)	(117.149)	8.279	(108.870)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	321.616	8.279	329.895	321.616	8.279	329.895
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	321.616	8.279	329.895	321.616	8.279	329.895
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	321.616	8.279	329.895	321.616	8.279	329.895

c) Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social			Reserva de lucros		Avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Apresentado anteriormente								
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	630.001	(630.000)	1	-	-	-	-	1
Aumento de capital	1.003.000	(340.300)	662.700	-	-	-	-	662.700
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	321.616	321.616
Destinação do lucro líquido	-	-	-	16.081	302.480	-	(321.616)	(3.055)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.633.001	(970.300)	662.701	16.081	302.480	-	-	981.262
Ajustes (Não auditado)								
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	-	630.000	(1)	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	340.300	(662.700)	-	-	-	-	340.300
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	8.279	8.279
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	8.279	(8.279)	-
	-	970.300	(662.701)	-	-	8.279	-	348.579
Reapresentado (Não auditado)								
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	630.001	-	-	-	-	-	-	630.001
Aumento de capital	1.003.000	-	-	-	-	-	-	1.003.000
Reconhecimento do ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	(74.756)	-	(74.756)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	329.895	329.895
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	8.279	(8.279)	-
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	16.081	302.480	-	(321.616)	(3.055)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.633.001	-	-	16.081	302.480	(66.477)	-	1.885.085

O impacto dos ajustes na demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 afetam somente os subtotais dentro das atividades operacionais, sem nenhum efeito no total final das atividades operacionais, investimento e financiamento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – (“IASB”)” e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 22 de abril de 2022.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações.

A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 74.230 (lucro R\$ 329.895 em 2020) e utilização de caixa líquido nas atividades operacionais de R\$ 26.238 (R\$ 326 em 2020), e
nessa data, os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 18.706 (R\$ 16.091 positivos em 2020). Contudo, a Companhia possui o compromisso firme assumido pelo seu acionista, Infraestrutura Brasil Holding VI S.A., de realização de aportes de capital para honrar com seus compromissos, conforme evidenciado na nota explicativa nº 6.

2.2. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.2.1 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) determinação de provisões para manutenção – nota explicativa nº 18;
- (ii) provisões para riscos processuais – nota explicativa nº 16;
- (ii) aquisição de controlada: valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória - – nota explicativa nº 1.2 (a); e
- (iii) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração do Grupo, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros – nota explicativa nº 5.b e 8.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

- (i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 21.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 18.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 16.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 5.b.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro

aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

2.4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Grupo aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

2.4.1 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação

são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Joint venture

Operação em conjunto (ou “*joint venture*”) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Estas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na joint venture são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma joint venture é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture* a partir da data de aquisição.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.6. Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pelo Grupo.

2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

2.7.1. Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa

do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.7.2. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e

o período projetivo da concessão.

2.8. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 07 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

O Grupo revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, o Grupo não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil,

ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.10. Intangível

O Grupo quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 08 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.11. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.13. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

2.14. Provisão para manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de 2021 (idêntico em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão.

2.15. Provisão para riscos processuais

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

2.16. Debêntures a pagar

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.17. Custos com empréstimos e debêntures

Os custos com empréstimos e debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

2.18. Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2021 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa

por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- O Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, o Grupo aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.19. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores do Grupo, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

2.20. Reconhecimento de receita

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

O Grupo contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) – contrato de concessão (IFRIC 12).

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

2.21. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

2.22. Informação por segmento

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes do Grupo, regularmente revisados pela diretoria da Administração do Grupo, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, o Grupo classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão do Grupo é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

2.23. Benefícios aos empregado

O Grupo concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando o Grupo tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade pagava contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definitiva foram descontinuados devido a mudança do controle acionário.

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal a medida que o serviço relacionado seja prestado.

O Grupo não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.24. Capital social

a) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12.

b) Ações preferenciais

As ações preferenciais resgatáveis do Grupo são classificadas como instrumento financeiro passivo, pois o pagamento de dividendos não é discricionário e elas são resgatáveis em dinheiro pelo detentor do título. Os dividendos não-discricionários são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

2.24. Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada

imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de de juros de referência, o Grupo reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

2.26. Mudanças nas principais políticas pronunciamentos contábeis

O Grupo não apurou e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras das alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência.

2.27. Novos pronunciamentos contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez.

(b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) - Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que o Grupo espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	16	12	5.125	5.249
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito Interbancário - CDI (*)	39.682	357	266.214	370.826
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>39.698</u>	<u>369</u>	<u>271.339</u>	<u>376.075</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. O Grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99,50% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 26.

b) Aplicações financeiras vinculadas

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>Consolidado</u>	
			2021	2020
Compromissadas com Debêntures (*)	100,00%	CDI	8.658	-

(*) As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples e 3ª Emissão de Debêntures Simples da CART, que determinam que a CART deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 100% a.a. do CDI (em 31 de dezembro de 2020, a taxa de 99,50%a.a. do CDI).

A cada início de trimestre, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Simples. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento.

Mensalmente, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures Simples. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 1/6 (um sexto) do serviço da dívida semestral das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o semestre em questão. Em junho e dezembro, os valores constituídos, ficam disponíveis para resgate e quitação do pagamento.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 26.

4. CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)

	<u>Consolidado</u>	
	2021	2020
Pedágio eletrônico a receber (*)	25.449	20.652
Vale pedágio	1.387	1.289
Locação de fibra óptica	687	4.002
Outros	2.154	1.250
Total	29.677	27.193

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária..

A CART avalia de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido) e informações prospectivas (forward-looking). A Administração do Grupo não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 26

5. TRIBUTOS A RECUPERAR E A RECOLHER, IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRRF sobre aplicações financeiras	85	72	3.867	1.172
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	71	-	930	-
Outros	-	-	169	52
Total circulante	156	72	4.966	1.224
Circulante	156	-	4.966	1.152
Não circulante	-	72	-	72

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	Consolidado			
	Ativos/		Passivos	
	2021	2020	2020	2020
Prejuízo fiscal - IR	299.660	263.803	-	-
Base negativa - CS	108.232	95.247	-	-
Provisão para manutenção	39.189	56.432	-	-
Provisão para contingências	6.688	5.642	-	-
Atualização depósitos judiciais	866	-	-	-
Outras diferenças temporárias	3.212	8.829	-	-
Total do ativo fiscal diferido	457.847	429.953	-	-
Compra vantajosa	-	-	(48.882)	(48.882)
Amortização de direito de concessão	-	-	(39.988)	(42.307)
Custo de captação	-	-	(8.124)	(9.088)
Margem de construção	-	-	(7.284)	(7.706)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	-	-	(1.606)	(1.698)
Total do passivo fiscal diferido	-	-	(105.884)	(109.684)
Compensação	(57.002)	(60.799)	57.002	60.799
Total	400.845	369.154	(48.882)	(48.882)

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Consolidado				
	Ativos/ Passivos				
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021
Prejuízo fiscal - IR	263.803	35.857	-	35.857	299.660
Base negativa - CS	95.247	12.985	-	12.985	108.232
Provisão para manutenção	56.432	-	(17.243)	(17.243)	39.189
Provisão para contingências	5.642	1.046	-	1.046	6.688
Atualização depósitos judiciais	-	866	-	866	866
Outras diferenças temporárias	8.829	86	(5.703)	(5.617)	3.212
Total do ativo fiscal diferido	429.953	50.840	(22.946)	27.894	457.847
Compra vantajoza	(48.882)	-	-	-	(48.882)
Amortização de direito de concessão	(42.307)	-	2.319	2.319	(39.988)
Custo de Captação	(9.088)	-	964	964	(8.124)
Margem de construção	(7.706)	-	422	422	(7.284)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.697)	-	92	92	(1.606)
Total do passivo fiscal diferido	(109.681)	-	3.797	3.797	(105.884)
Total	320.272	50.840	(19.149)	31.691	351.963

	Consolidado					
	Ativos/ Passivos					
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2019	Aquisição de empresa (*)	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020
Prejuízo fiscal - IR	-	105.738	158.065	-	158.065	263.803
Base negativa - CS	-	38.065	57.182	-	57.182	95.247
Provisão para manutenção	-	-	56.432	-	56.432	56.432
Provisão para contingências	-	-	5.642	-	5.642	5.642
Outras diferenças temporárias	-	-	8.829	-	8.829	8.829
Total do ativo fiscal diferido	-	143.803	286.150	-	286.150	429.953
Compra vantajoza	-	-	(48.882)	-	(48.882)	(48.882)
Amortização de direito de concessão	-	(43.852)	-	1.547	1.547	(42.307)
Custo de Captação	-	(10.725)	-	1.639	1.639	(9.088)
Margem de construção	-	(7.987)	-	283	283	(7.706)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	-	(1.761)	-	63	63	(1.697)
Total do passivo fiscal diferido	-	(64.324)	(48.882)	3.532	(45.350)	(109.681)
Total	-	79.479	221.826	3.532	240.800	320.272

(*) Data do closing com a controladora anterior (INVEPAR). Assunção pela nova controladora (IBH II) em 01/05/2020.

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	2021
2022	5.241
2023 a 2024	22.681
2025 a 2026	38.124
2027 a 2028	50.860
2029 a 2031	116.910
2032 à 2035	223.946
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>457.761</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(57.002)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>400.759</u>

b.1) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(74.230)	378.777	(105.921)	89.095
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	25.238	(128.784)	36.013	(30.292)
Equivalência patrimonial	(23.312)	80.284		
Adições e baixas permanentes	(1.926)	(382)	(4.322)	8.647
Imposto de renda e contribuição social constituídos (*)	-	-	-	262.445
Imposto de renda e contribuição social resultado	<u>-</u>	<u>(48.882)</u>	<u>31.691</u>	<u>240.800</u>
Impostos diferidos	<u>-</u>	<u>(48.882)</u>	<u>31.691</u>	<u>240.800</u>
Total dos impostos diferidos	<u>-</u>	<u>(48.882)</u>	<u>31.691</u>	<u>240.800</u>
Alíquota efetiva	0%	-13%	-30%	270%

(*) A companhia reconheceu no exercício de 2020 o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos até 2019, bem como os valores correspondentes ao exercício corrente. Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

6. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final

A Companhia tem como controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding VI, que por sua vez tem como controladora final o Pátria III - Fundo de Investimento em Participações.

Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Controladora							
			2021				2021
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Ativo	Passivo	Passivo	Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Despesa
CART	Compartilhamento de despesas	Investida	-	-	-	356	-
IBH VI (iv)	Aporte de capital	Controladora	-	918.320	-	-	39.298
Total			-	918.320	-	356	39.298

Controladora – (Reapresentado – Não auditado)							
			2020				2020
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Ativo	Passivo	Passivo	Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/Despesa
CART	Compartilhamento de despesas	Investida	-	-	-	356	(356)
IBH VI (iv)	Aporte de capital	Controladora	363.382	540.442	-	-	8.279
Total			363.382	540.442	-	356	7.923

Consolidado							
			2021				2021
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Ativo	Passivo	Passivo	Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Despesa
IBH I	Prestação de serviço	Investida	-	-	22	-	(450)
EIXO	Compartilhamento de despesas	Coligada	2	-	4	-	(699)
ENTREVIAS	Compartilhamento de despesas	Coligada	4	-	211	-	(705)
CART	Compartilhamento de despesas	Investida	2	-	-	-	-
IBH VI (iv)	Aporte de capital	Controladora	-	918.320	-	-	39.298
Total			8	918.320	237	-	(37.444)

Consolidado – (Reapresentado – Não auditado)							
			2020				2020
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Ativo	Passivo	Passivo	Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Despesa
INVEPAR (i)	Compartilhamento de despesas	Controladora	-	-	-	-	(7.880)
PATRIA (ii)	Compartilhamento de despesas	Controladora	-	-	-	-	(4.700)
EIXO (ii)	Compartilhamento de despesas	Coligada	59	-	132	-	(796)
ENTREVIAS (ii)	Compartilhamento de despesas	Coligada	56	-	130	-	(677)
CART (iii)		Investida	-	-	-	-	(356)
IBH VI (iv)	Aporte de capital	Controladora	363.382	540.442	-	-	8.279
Total			363.497	540.442	262	-	(6.130)

(i) Controladora/coligada da Companhia até 30/04/2020.

(ii) Partes relacionadas do atual controlador da Companhia.

(iii) Investida da IBH II.

(iv) Refere-se ao compromisso de entrega de caixa no montante de R\$ 970.000 atrelado ao aumento de capital de acordo com os boletins de subscrição onde é estabelecido o cronograma de aporte de capital, sendo esta condição irrevogável e irratável. O recebimento do montante de R\$ 970.000 foi postergado em 2021 e serão aportado na Companhia no exercício de 2023 e 2025 (em 2020 era previsto aporte parcial ainda em 2021, devidamente postergado para 2023), dessa forma foi reconhecido outras contas a receber de longo prazo, líquido do ajuste a valor presente. Adicionalmente os boletins de subscrição foram dados como garantia nas operações financeiras da Companhia.

Cronograma de aportes conforme alterações realizadas via Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2021:

- R\$ 315.000 a serem realizados até a quitação integral das obrigações decorrentes das debêntures: (a) até 30º mês contados a partir de 25 de outubro de 2021, ou (b) em até 20 dias úteis contados da data de vencimento final as debêntures ou data de decretação de vencimento antecipado das Debêntures, o que ocorrer primeiro;
- R\$ 315.000 a serem realizados até 27 de outubro de 2023 ou em até 20 dias úteis após notificação pela Companhia ao Acionista, o que ocorrer primeiro;
- R\$ 340.000 até 30 de janeiro de 2025 ou até em até 20 dias úteis após notificação pela Companhia ao Acionista, o que ocorrer primeiro;

Remuneração dos administradores

Em 30 de abril de 2021, foi aprovado em Ata da Assembleia Ordinária e Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 6.000 (idêntico em 31 de dezembro de 2020).

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

Composição	Consolidado	
	2021	2020
Pró-labore	2.276	856
Bônus variáveis	2.620	1.058
Encargos	929	373
Outros benefícios	98	68
Total	5.923	2.355

7. IMOBILIZADO

	Vida útil média em anos	Consolidado				2021
		2020	Adições	Baixas	Transferência	
Custo						
Instalações	25	167	-	-	167	
Máquinas e equipamentos	6	7.337	8.563	-	16.310	
Móveis e utensílios	6	4.251	102	-	4.353	
Veículos	5	4.089	22.390	(145)	26.334	
Equipamentos de informática	7	43.569	2.151	(117)	45.603	
Ferramentas e aparelhos	9	331	143	-	474	
		59.744	33.349	(262)	93.241	
Depreciação acumulada						
Instalações		(58)	(7)	-	(65)	
Máquinas e equipamentos		(6.285)	(399)	-	(6.684)	
Móveis e utensílios		(3.883)	(69)	-	(3.952)	
Veículos		(3.472)	(1.983)	47	(5.408)	
Equipamentos de informática		(39.550)	(1.010)	-	(40.560)	
Ferramentas e aparelhos		(326)	(5)	-	(331)	
		(53.574)	(3.473)	47	(57.000)	
Imobilizado líquido		6.170	29.876	(215)	36.241	

	Vida útil em anos	2019	Aquisição de empresa (*)	Adições	Baixas	2020
Custo						
Instalações	25	-	167	-	-	167
Máquinas e equipamentos	10	-	7.315	22	-	7.337
Móveis e utensílios	10	-	4.217	34	-	4.251
Veículos	5	-	3.683	408	(2)	4.089
Equipamentos de informática	5	-	43.051	518	-	43.569
Ferramentas e aparelhos	5	-	331	-	-	331
			<u>58.764</u>	<u>982</u>	<u>(2)</u>	<u>59.744</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		-	(53)	(5)	-	(58)
Máquinas e equipamentos		-	(6.056)	(229)	-	(6.285)
Móveis e utensílios		-	(3.833)	(50)	-	(3.883)
Veículos		-	(3.385)	(139)	52	(3.472)
Equipamentos de informática		-	(38.843)	(707)	-	(39.550)
Ferramentas e aparelhos		-	(326)	-	-	(326)
			<u>(52.496)</u>	<u>(1.130)</u>	<u>52</u>	<u>(53.574)</u>
Imobilizado líquido			<u>6.268</u>	<u>(148)</u>	<u>50</u>	<u>6.170</u>

Ativos cedidos em garantia

A CART não possui ativos dados em garantia em processos judiciais e nos contratos de debêntures.

8. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM ANDAMENTO (CONSOLIDADO)

	Vida útil em anos	2020	Adições	Baixas	Transferências (*)	2021
Custo						
Software	5	12.426	217	-	-	12.643
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.354.060	131.984	(328)	102.727	2.588.443
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso - IFRS 16			6.597	-	-	6.597
		<u>3.000.506</u>	<u>138.798</u>	<u>(328)</u>	<u>102.727</u>	<u>3.241.703</u>
Software		(10.525)	(571)	-	-	(11.096)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(604.854)	(106.420)	23	-	(711.251)
Outorga fixa		(248.632)	(21.133)	-	-	(269.765)
Direito de uso - IFRS 16		-	(769)	-	-	(769)
Amortização acumulada		<u>(864.031)</u>	<u>(128.893)</u>	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>(992.901)</u>
Intangível líquido		<u>2.136.475</u>	<u>9.905</u>	<u>(305)</u>	<u>102.727</u>	<u>2.248.802</u>
Infraestrutura em andamento (***)		166.995	14.192	-	(103.138)	78.049

(*) O saldo refere-se a itens transferidos da infraestrutura em andamento para o intangível e imobilizado.

(**) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(***) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia e sua controlada é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

	Vida útil em anos	2019	Aquisição de empresa (*)	Adições	2020
Custo					
Software	5	-	10.795	1.631	12.426
Marcas e patentes	10	-	20	-	20
Direito de concessão	(**)	-	2.324.217	29.843	2.354.060
Outorga fixa	(**)	-	634.000	-	634.000
			<u>- 2.969.032</u>	<u>31.474</u>	<u>3.000.506</u>
Software			- (10.147)	(378)	(10.525)
Marcas e patentes			- (19)	(1)	(20)
Direito de concessão			- (540.475)	(64.379)	(604.854)
Outorga fixa			- (234.543)	(14.089)	(248.632)
Amortização acumulada			- (785.184)	(78.847)	(864.031)
Intangível líquido			<u>- 2.183.848</u>	<u>(47.373)</u>	<u>2.136.475</u>
Infraestrutura em andamento (***)			129.981	37.014	166.995

(*) Data do closing com a controladora anterior (INVEPAR). Assunção pela nova controladora (IBH II) em 01/05/2020.

(**) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(***) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários: 4,15% em 2022, 3,25% em 2023 e 3% de 2024 até o final da projeção.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e dos custos dos recursos externos. O correspondente custo médio ponderado de capital após impostos é de 12,6% a.a.

Ativos cedidos em garantia

O Grupo não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

9. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre o investimento na CART:

	2021	2020
Número de ações	11.457.259	8.188.486
Ordinárias	5.728.629	4.094.243
Preferenciais	5.728.630	4.094.243
Total do ativo circulante	289.816	411.028
Total do ativo não circulante	2.780.909	2.698.440
Total do passivo circulante	240.567	309.309
Total do passivo não circulante	1.326.320	1.313.625
Capital social	2.306.400	1.560.500
Prejuízos acumulados	(802.562)	(734.165)
Total do patrimônio líquido	1.503.838	826.335
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	-	660.200
Total do patrimônio líquido e AFAC	1.503.838	1.486.535
Resultado líquido do exercício	(68.397)	203.093
Participação %	100	100

b) Informações sobre o investimento na IBH I:

	2021
Número de ações	50
Ordinárias	50
Total do ativo circulante	1.891
Total do ativo não circulante	359
Total do passivo circulante	2.896
Capital social	50
Prejuízos acumulados	(696)
Total do patrimônio líquido	(646)
Resultado líquido do exercício	(696)
Participação %	24

c) Movimentação do investimento na CART e IBH I Serviços e Participações:

	2020	Aquisição de investimento	Equivalência Patrimonial	Aumento de Capital	2021
CART	1.486.535	-	(68.397)	85.700	1.503.838
IBH I	-	12	(167)	-	(155)
TOTAL	1.486.535	12	(68.564)	85.700	1.503.863

	2019	Aquisição de investimento	Equivalência Patrimonial	Adto p/ Futuro Aumento de Capital	2020
CART	-	864.208	236.127	386.200	1.486.535

d) Compra vantajosa

O quadro abaixo demonstrará o resultado da combinação de negócios:

Resultado da Aquisição	
Contraprestação	720.438
Patrimônio Líquido	864.208
Compra Vantajosa	(143.770)

De acordo com o ICPC 09, na eventualidade de apuração de ganho por compra vantajosa, o registro contábil deve ser feito conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 15, o que redundará em reconhecimento de ganho na entidade adquirente. Após a apuração do valor justo, esse procedimento foi realizado pela Companhia, maiores detalhes sobre a operação, estão sendo mencionados na nota explicativa nº 1.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores nacionais	1	-	25.803	20.397
Fornecedores provisão	-	-	20.268	7.890
Fornecedores	1	-	46.071	28.287

A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 26.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

	Consolidado							2021
	2020	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	67.409	-	(177.046)	(8.968)	8.968	-	109.637	-
Sênior - BNDES - IPCA	61.633	-	(205.206)	(26.111)	18.019	7.588	144.077	-
Total	129.042	-	(382.252)	(35.079)	26.987	7.588	253.714	-
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	109.637	-	-	-	-	-	(109.637)	-
Sênior - BNDES - IPCA	144.077	-	-	-	-	-	(144.077)	-
Total	253.714	-	-	-	-	-	(253.714)	-
Total geral	382.756	-	(382.252)	(35.079)	26.987	7.588	-	-
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(83.108)							-
Dívida líquida	299.648							-

	Consolidado								
	31/12/2019	Aquisição da empresa (*)	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2020
				Principal	Juros				
Passivo circulante									
Sênior - BNDES - TJLP	-	63.239	10.000	(33.647)	(3.273)	9.167	-	21.923	67.409
Sênior - BNDES - IPCA	-	2.256	-	-	-	11.557	5.637	42.182	61.633
Total	-	65.495	10.000	(33.647)	(3.273)	20.724	5.637	64.105	129.042
Passivo não circulante									
Sênior - BNDES - TJLP	-	131.560	-	-	-	-	-	(21.923)	109.637
Sênior - BNDES - IPCA	-	186.259	-	-	-	-	-	(42.182)	144.077
Total	-	317.819	-	-	-	-	-	(64.105)	253.714
Total geral		383.314	10.000	(33.647)	(3.273)	20.724	5.637	-	382.756
Aplicações financeiras vinculadas (**)	-	(65.622)							(83.108)
Dívida líquida	-	317.692							299.648

(*) Data do closing com a controladora anterior (INVEPAR). Assunção pela nova controladora (IBH II) em 01/05/2020.

(**) Em decorrência da CART dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020. As aplicações financeiras no montante de R\$ 83.108 em 31 de dezembro de 2020 foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a CART deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015.

Até outubro de 2021 o Grupo contava com 34 subcréditos junto ao BNDES, os quais foram liquidados nesta data, como parte do plano de reestruturação do seu endividamento.

Informações sobre a exposição do Grupo à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa nº 26.

12. DEBÊNTURES

	Controladora							
	31/12/2020	Captação	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Transferências	31/12/2021
				Principal	Juros			
Passivo circulante								
Debêntures (a)	352.085	-	-	(350.000)	(22.284)	20.199	-	-
Custos a amortizar (a)	(4.454)	-	4.599	-	-	-	(145)	-
Total	347.631	-	4.599	(350.000)	(22.284)	20.199	(145)	-
Passivo não circulante								
Debêntures (a)	-	500.000	-	-	-	9.589	-	509.589
Custos a amortizar (a)	-	-	(3.332)	-	-	-	145	(3.187)
Total	-	500.000	(3.332)	-	-	9.589	145	506.402
Total geral	347.631	500.000	1.267	(350.000)	(22.284)	29.788	-	506.402

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2021</u>
Debenturistas Série 1	CDI	3,00% a.a.	26/10/2023	509.589
(-) Custos de transação - Debêntures				(3.187)
Debêntures líquidas – Passivo circulante				<u>506.402</u>

	Controladora				
	2019	Custo de captação amortizado	Provisão Juros	Amortização	2020
Passivo circulante					
Debêntures (a)	-	350.000	2.085	-	352.085
Custos a amortizar (a)	-	(5.264)	-	810	(4.454)
Total	-	344.736	2.085	810	347.631
Total geral	-	344.736	2.085	810	347.631

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2020</u>
Debenturistas Série 1	CDI	3,05% a.a.	03/11/2021	201.245
Debenturistas Série 2	CDI	2,55% a.a.	03/11/2021	150.840
(-) Custos de transação - Debêntures				(4.454)
Debêntures líquidas – Passivo circulante				<u>347.631</u>

	Consolidado									
	31/12/2020	Captação	Custo de captação amortizado	Pagamento		Arrolagem dívida	Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2021
				Principal	Juros					
Passivo circulante										
Debêntures (a)	352.085	-	-	(350.000)	(22.284)	-	20.199	-	-	-
Debêntures (b)	135.277	2.625	-	(500.112)	(57.521)	(338.580)	67.953	10.456	757.732	77.830
Custos a amortizar (a)	(4.454)	-	4.599	-	-	-	-	-	(145)	-
Custos a amortizar (b)	(8.067)	-	7.792	-	-	-	-	-	(7.477)	(7.752)
Total	474.841	2.625	12.391	(850.112)	(79.805)	(338.580)	88.152	10.456	750.110	70.078
Passivo não circulante										
Debêntures (a)	-	500.000	-	-	-	-	9.589	-	-	509.589
Debêntures (b)	875.925	1.047.375	-	-	-	-	-	99.504	(757.732)	1.265.072
Custos a amortizar (a)	-	-	(3.332)	-	-	-	-	-	145	(3.187)
Custos a amortizar (b)	(18.663)	-	(71.138)	-	-	-	-	-	7.477	(82.324)
Total	857.262	1.547.375	(74.470)	-	-	-	9.589	99.504	(750.110)	1.689.150
Total geral	1.332.103	1.550.000	(62.079)	(850.112)	(79.805)	(338.580)	97.741	109.960	-	1.759.228

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2021</u>
Debenturistas Série única (a)	CDI	3,00% a.a.	26/10/2023	509.589
Debenturistas Série 1 (b)	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	208.051
Debenturistas Série 2 (b)	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	47.318
Debenturistas Série 3 (b)	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.087.533
(-) Custos de transação - Debêntures (a)				(3.187)
(-) Custos de transação - Debêntures (b)				(90.076)
Debêntures líquidas – Passivo circulante				<u>1.759.228</u>
Parcela circulante				70.078
Parcela não circulante				1.689.150

	Consolidado								
	Aquisição da empresa (*)	Captação	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	2020
				Principal	Juros				
Passivo circulante									
Debêntures (a)	-	350.000	-	-	-	2.085	-	-	352.085
Debêntures (b)	73.433	-	-	(57.563)	(62.226)	43.515	1.733	136.385	135.277
Custos a amortizar (a)	-	-	(4.454)	-	-	-	-	-	(4.454)
Custos a amortizar (b)	(7.220)	-	7.220	-	-	-	-	(8.067)	(8.067)
Total	66.213	350.000	2.766	(57.563)	(62.226)	45.600	1.733	128.318	474.841
Passivo não circulante									
Debêntures (b)	979.374	-	-	-	-	-	32.936	(136.385)	875.925
Custos a amortizar (b)	(26.730)	-	-	-	-	-	-	8.067	(18.663)
Total	952.644	-	-	-	-	-	32.936	(128.318)	857.262
Total geral	1.018.857	350.000	2.766	(57.563)	(62.226)	45.600	34.669	-	1.332.103
Aplicações financeiras vinculadas (**)	(58.616)								-
Dívida líquida	960.241								1.332.103

(*) Data do *closing* com a controladora anterior (INVEPAR). Assunção pela nova controladora (IBH II) em 01/05/2020.

(**) As aplicações financeiras constituídas no ano de 2020 foram resgatadas em 31 de dezembro de 2020. As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 99,50% do CDI (em 31 de dezembro de 2019, a taxa de 95,00% do CDI).

A cada início de trimestre, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento.

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2020
Debenturistas - Série 1 (a)	CDI	3,05% a.a.	03/11/2021	201.245
Debenturistas - Série 2 (a)	CDI	2,55% a.a.	03/11/2021	150.840
Debenturistas - Série 1 (b)	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	512.311
Debenturistas - Série 2 (b)	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	498.891
(-) Custos de transação – Debêntures (a)				(26.730)
(-) Custos de transação – Debêntures (b)				(4.454)
Debêntures líquidas				1.332.103
Parcelas do circulante				474.841
Parcelas do não circulante				857.262

a) Debêntures - IBH II

Debêntures – 1ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de novembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, em 2 (duas) séries, as quais serão objetivo de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instituição da Comissão de Valores Mobiliários - “CVM” nº 476, de 16 de janeiro de 2019 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Debêntures”, “Emissão” e “Oferta”, respectivamente) mediante a escritura particular da 1ª Emissão Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 02 (duas) Séries para Distribuição Pública com esforços restritos da Infraestrutura Brasil Holding II S.A., entre a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Foram emitidas 3.500 debêntures, com valor nominal unitário de R\$100, totalizando R\$350.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram

emitidas 3.500 debêntures e para a segunda série forma emitidas 1.500 debêntures, e em conjunto com as Debêntures da Primeira Série.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 meses, com vencimento em 03 de novembro de 2021, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado das Debêntures, da aquisição facultativa das Debêntures com seu consequente cancelamento, ou de vencimento antecipado das obrigações.

Sobre os valores das Debentures de 1ª série e 2ª série incidirão juros de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de sobretaxa expressa (*spread*) equivalente de 3,05% e 2,55% ao ano, respectivamente.

As Debêntures da Segunda Série poderão ser resgatadas em sua totalidade, de maneira facultativa e antecipada pela Companhia, a partir de 03 de maio de 2021 (inclusive).

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$5.264 foram apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Debêntures – 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, em até 2 (duas) séries, as quais serão objetivo de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instituição da Comissão de Valores Mobiliários - “CVM” nº 476, de 16 de janeiro de 2019 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Debêntures”, “Emissão” e “Oferta”, respectivamente) mediante da escritura particular da 2ª Emissão Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em até 02 (duas) Séries para Distribuição Pública com esforços restritos da Infraestrutura Brasil Holding II S.A., entre a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Foram emitidas 500.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$ 500.000,00. A emissão se deu em série única, podendo se desdobrar em duas séries, limitado ao valor da emissão.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 24 meses, com vencimento em 26 de outubro de 2023, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado das Debêntures, da aquisição facultativa das Debêntures com seu consequente cancelamento, ou de vencimento antecipado das obrigações.

Sobre os valores das debentures incidirão juros de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de sobretaxa expressa (*spread*) equivalente de 3,00% ao ano.

As debêntures poderão ser resgatadas em sua totalidade, de maneira facultativa e antecipada pela Companhia, a partir de 26 de abril de 2022 (inclusive).

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$3.332 foram apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.187.

b) Debêntures – CART

Debêntures – 1ª e 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da CART, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.033 (R\$ 26.730 em 31 de dezembro de 2020).

As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a “A-“, ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Debêntures - 3ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da CART, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10,00, totalizando R\$1.050.000. A emissão se deu em série única.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de Bookbuilding, e, em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% (cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento Bookbuilding, acrescida exponencialmente

de um spread equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimo por cento) ao ano.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 85.033.

As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (*rating*), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures.

Garantia

A Companhia deu como garantia os boletins de subscrição conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

Cláusulas restritivas (covenants)

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) EBITDA ajustado/(amortizações + (2) juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): $\geq 1,2$.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

13. NOTA PROMISSÓRIA (CONSOLIDADO)

	31/12/2020	Captação	Pagamento		Provisão	31/12/2021
			Principal	Juros	juros	
Passivo circulante						
Nota Promissória	-	100.000	(100.000)	(313)	313	-
Total	-	100.000	(100.000)	(313)	313	-

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2021, foi aprovada a realização da primeira emissão de notas promissórias, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09 e Instrução CVM nº 566/15.

Foram emitidas 100.000 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$100.000. A emissão se deu em série única.

As notas promissórias tinham seu vencimento previsto para o dia 19 de novembro de 2021 e foram quitadas no dia 03 de novembro de 2021.

Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,35% (dois inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano.

14. CONTAS A PAGAR PELA AQUISIÇÃO NA INVESTIDA

Referem-se ao saldo a pagar pela compra da CART, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora / Consolidado		
	2020	Atualização monetária	2021
CART	105.762	11.337	117.099
Circulante	-		58.550
Não circulante	105.762		58.549

	Controladora / Consolidado						
	2019	Preço de aquisição	Ganho na aquisição (*)	Pagamento	Partes relacionadas	Atualização monetária	2020
CART	-	864.208	(143.770)	(620.898)	(356)	6.578	105.762

(*) De acordo com o ICPC 09, na eventualidade de apuração de ganho por compra vantajosa, o registro contábil deve ser feito conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 15, o que redundará em reconhecimento de ganho na entidade adquirente. Após a apuração do valor justo, esse procedimento foi realizado pela Companhia.

O saldo remanescente no montante de R\$ 117.099 é atualizado pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o seu pagamento condicionado às cláusulas contratuais do instrumento de Compra e Venda entre a IBH II e a INVEPAR.

Abaixo o cronograma de amortização:

Ano	Valor
2022	58.550
2023	43.912
2024	14.637
Total	117.099

15. CREDOR PELA CONCESSÃO (CONSOLIDADO)

O prazo da concessão da CART e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a CART assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela CART.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.377 (R\$ 1.157 em 31 de dezembro de 2020).

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 14.021 (R\$ 12.079 em 31 de dezembro de 2020) referente à outorga variável.

c) Garantias

A CART utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

i) Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 46.427. Vigência mínima de 12 meses.

ii) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 163.709. Vigência de 12 meses.

16. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

A situação jurídica do Grupo engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio do Grupo, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

Natureza do risco	Consolidado		
	2021		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	12.427	17.287	29.714
Cíveis	6.983	25.211	32.194
Tributária	-	906	906
Procedimentos arbitrais	66.401	34.378	100.779
Ambiental	261	6.090	6.351
Total	86.072	83.872	169.944

Natureza do risco	Consolidado		
	2020		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	9.210	18.421	27.631
Cíveis	6.757	20.767	27.523
Tributária	-	737	737
Procedimentos arbitrais	66.260	102.749	169.009
Ambiental	627	3.200	3.828
Total	82.854	145.874	228.728

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	Consolidado				
	2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	2021
Trabalhistas	9.210	5.908	(7.000)	4.309	12.427
Cíveis e ambientais	7.384	5.669	(8.802)	2.993	7.244
Procedimentos arbitrais	66.260	-	-	141	66.401
Total	82.854	11.577	(15.802)	7.443	86.072

Natureza do risco	Consolidado					
	2019	Aquisição da empresa (*)	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	2020
Trabalhistas	-	8.479	570	(581)	742	9.210
Cíveis e ambientais	-	5.857	3.912	(2.433)	48	7.384
Procedimentos arbitrais	-	57.316	-	-	8.944	66.260
Total	-	71.652	4.482	(3.014)	9.734	82.854

(*) Data do *closing* com a controladora anterior (INVEPAR). Assunção pela nova controladora (IBH II) em 01/05/2020.

a) Riscos trabalhistas

O Grupo é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

c) Procedimento arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$ 450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Foi apresentada defesa por parte de sua controlada Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. juntamente com seus contra pleitos, os quais perfazem, no seu entendimento, o valor provisório de R\$ 350.000.

Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se

manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal.

Assim, considerando a necessidade de decisão por parte da câmara arbitral acerca da mencionada ordem judicial, houve a suspensão do prazo para a apresentação da sentença arbitral, a qual foi proferida em 29 de março de 2021, na forma de sentença arbitral parcial com valores envolvidos ainda em apuração, sujeitos a avaliação e perícia.

A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da Metha de R\$ 66.401 como provável, sendo o montante provisionado, apurado com apoio dos assistentes técnicos de engenharia, os quais quantificaram e valorizaram as respectivas causas prováveis de perda. A provisão foi reconhecida como direito de concessão, R\$ 34.378 como possível e R\$ 100.779, como remoto. Considerando que a referida sentença ainda é parcial, os montantes envolvidos e as avaliações de prognóstico são as melhores estimativas existentes no momento, permanecendo na mesma ordem em 31 de dezembro de 2021.

d) Depósitos judiciais

Natureza Dep. Judiciais	Consolidado	
	2021	2020
Trabalhistas	3.398	4.441
Cíveis	8.884	8.417
Tributária	849	765
Ambiental	32	64
Regulatório	3.886	5.950
Total	17.049	19.637

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 3.398 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 4.441).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2021 o montante é de R\$ 8.884 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 8.417).

Além dos depósitos destacados acima o Grupo possui em 31 de dezembro de 2021 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 849 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 765), ambiental no montante de R\$ 32 (em 31 de dezembro de 2020, o

montante é de R\$ 64) e regulatória no montante de R\$ 3.886 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 5.950).

17. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS (CONSOLIDADO)

As receitas acessórias antecipadas são reconhecidas pelo Grupo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receitas antecipadas	Consolidado	
	2021	2020
Circulante	8.647	12.697
Não Circulante	36.014	36.925
Total Receita Diferida	44.661	49.622

18. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO (CONSOLIDADO)

O Grupo constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são:

Provisão para manutenção	Consolidado					2021
	2020	Adições	AVP	Consumo	Transferências	
Passivo circulante	-	-	-	(79.130)	176.889	97.759
Passivo não circulante	165.977	35.126	(6.701)	-	(176.889)	17.513
Total	165.977	35.126	(6.701)	(79.130)	-	115.272

Provisão para manutenção	Consolidado						2020
	2019	Aquisição da empresa (*)	Adições	AVP	Consumo	Transferências	
Passivo não circulante	-	144.154	21.283	-	-	-	165.977
Total	-	144.154	21.283	-	-	-	165.977

(*) Data do *closing* com a controladora anterior (INVEPAR). Assunção pela nova controladora (IBH II) em 01/05/2020.

Em junho de 2021, o Grupo reclassificou a obrigação reconhecida no passivo não circulante para o passivo circulante. Essa reclassificação está consubstanciada na aprovação dos projetos de Conservação Especial do Pavimento junto a agência reguladora, as quais ocorreram no 2º trimestre de 2021. Diante destas aprovações, tais valores foram submetidos e aprovados pela Administração da Companhia para o orçamento 2021/22.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO (CONSOLIDADO)

a) Composição dos saldos e movimentação

	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>
Passivo de arrendamento	
Saldo inicial	-
Adições	6.597
Juros provisionados	244
Pagamento de juros	(244)
Pagamento de principal	(140)
Total	<u>6.457</u>
Passivo circulante	2.484
Passivo não circulante	3.973

Para os contratos reconhecidos em 2021, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital subscrito da Companhia é de R\$1.633.001(R\$1.633.001 em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado – Não auditado), representados por 1.633.000.001 (1.633.000.001 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias, integralmente subscritas e integralizadas.

- (i) A integralização do capital no exercício de 2020 (R\$ 970.000) (Reapresentado – Não auditado) foi realizado com base nos boletins de subscrição onde é estabelecido cronograma de aporte de capital sendo esta condição irrevogável e irretratável, sendo estes boletins de subscrição considerados instrumentos financeiros, de acordo com o CPC 39 / IAS 32 e a contrapartida deste valor apresentado no contas a receber, líquido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 51.981 (R\$ 66.677 em 31 de dezembro de 2020).

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2021 não foi realizada destinação para reserva legal pelo fato de não ter lucro no exercício. O saldo dessa reserva apresenta o montante de R\$16.081 (R\$ 16.081 em 31 de dezembro de 2020).

c) Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia constituiu Reserva de Retenção de Lucros com base no orçamento de capital após as destinações estatutárias e legais conforme proposta da Administração. O orçamento de capital é submetido para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas (AGO).

d) Dividendos

Em cada exercício social os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

Descrição	2021	2020
Resultado líquido do exercício	(74.230)	329.895
Constituição de reserva legal – 5%	-	16.081
Dividendos mínimos obrigatórios – 1%	-	3.055
Reserva de retenção de lucros	188.952	302.840

21. RECEITAS (CONSOLIDADO)

O Grupo apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2021 e 2020 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	Consolidado	
	2021	2020
Receita de pedágio	456.844	267.367
Receitas acessórias	17.993	11.704
Outras receitas	1.627	-
Impostos, deduções e cancelamentos	(40.864)	(24.104)
Receita líquida de serviços	435.600	254.967
Receita de construção (a)	145.438	68.488
Receita total	581.038	323.455

- a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecido a construção de acordo com ICPC01/ IFRIC 12.

	Consolidado	
	2021	2020
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	476.464	279.071
<u>Deduções</u>		
Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	14.245	8.372
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	3.086	1.814
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	23.533	13.918
Deduções da receita	40.864	24.104

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal	-	-	(48.992)	(27.065)
Conservação e manutenção	-	-	(35.218)	(24.452)
Despesas administrativas	(162)	(113)	(29.301)	(21.175)
Operacionais	-	-	(35.504)	(19.237)
Outorga variável	-	-	(14.241)	(7.990)
Custo de construção	-	-	(145.438)	(68.488)
Provisão de manutenção	-	-	(35.126)	(21.513)
Depreciação e amortização	-	-	(132.343)	(78.752)
Perda no recebimento de crédito e riscos	-	-	-	(611)
Outras receitas operacionais	-	-	490	23
	(162)	(113)	(475.673)	(269.260)
Custo de serviços prestados	-	-	(423.924)	(237.781)
Despesas gerais e administrativas	(162)	(113)	(52.239)	(31.502)
Outras receitas operacionais	-	-	490	23
	(162)	(113)	(475.673)	(269.260)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente	39.298	8.279	39.298	8.279
Juros sobre aplicações financeiras	417	331	15.844	3.584
Outros	-	-	789	119
Total receitas financeiras	39.715	8.610	55.931	11.982
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(197)	(98)	(883)	(782)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(33.560)	(2.895)	(60.547)	(21.447)
Variação monetária passiva	(11.337)	(6.579)	(128.885)	(55.000)
Juros sobre debêntures	-	-	(67.953)	(40.909)
Outros	(125)	(46)	(8.949)	(2.714)
Total despesas financeiras	(45.219)	(9.618)	(267.217)	(120.852)
Total resultado financeiro	(5.504)	(1.008)	(211.286)	(108.870)

24. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2021	2020
Numerador básico		
Resultado atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(74.230)	329.895
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>1.663.001</u>	<u>78.734</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	<u>(0,045)</u>	<u>4,190</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

25. SEGUROS E GARANTIAS (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Consolidado		Seguradora	Objeto
		Vigência			
		Início	Vencimento		
Garantia ampliações	46.427	01/07/2021	16/06/2022	Ezze	(a)
Garantia funções operacionais	163.709	01/07/2021	16/06/2022	Ezze	(b)
Responsabilidade civil	61.269	06/07/2021	06/07/2022	AXA/XL	(c)
Riscos operacionais	163.000	06/07/2021	06/07/2022	Tokio	(d)
Riscos operacionais	249	06/10/2021	06/07/2022	Tokio	(d)
D & O	30.000	20/07/2021	20/07/2022	Austral	-
Auto Frota	Tabela FIPE	07/07/2021	07/07/2022	Sura	-
Garantia judicial execução fiscal	796	25/08/2021	13/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	3.980	25/08/2021	21/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	506	12/08/2020	12/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	216	25/08/2021	17/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	620	25/08/2021	19/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	454	25/08/2021	28/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	65	17/09/2020	17/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	613	28/09/2021	28/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	316	29/10/2021	29/10/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	317	04/11/2021	04/11/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	616	08/03/2021	08/03/2026	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	342	26/03/2021	26/03/2026	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	370	20/10/2021	20/10/2024	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	148	25/10/2021	25/10/2024	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	374	05/11/2021	05/11/2024	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	943	02/12/2021	02/12/2026	Pottencial	-

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de

Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS

O Grupo administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. O Grupo administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

O Grupo não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

b) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. Na data base 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pelo Grupo por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais:

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros do Grupo estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício de 2021, conforme quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	Controladora					
	2021			2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Ativos						
Caixa e equivalentes	-	16	-	-	12	-
Aplicações financeiras	-	39.682	-	-	357	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	903.824	-
Total do ativo	-	39.698	-	-	904.193	-
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	506.402	-	-	347.631
Contas a pagar	-	-	117.099	-	-	105.762
Partes relacionadas	-	-	356	-	-	356
Total do passivo	-	-	623.857	-	-	453.749

Instrumentos financeiros	Consolidado					
	2021			2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Ativos						
Caixa e equivalentes	-	5.125	-	-	5.249	-
Aplicações financeiras	-	266.214	-	-	370.826	-
Depósitos judiciais	-	17.049	-	-	19.637	-
Contas a receber	-	29.677	-	-	27.193	-
Partes relacionadas	-	918.328	-	-	115	-
Total do ativo	-	1.236.401	-	-	1.326.959	-
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	1.759.228	-	-	1.631.751
Contas a pagar	-	-	117.099	-	-	105.762
Fornecedores	-	-	46.051	-	-	28.287
Partes relacionadas	-	-	593	-	-	618
Concessão de serviços públicos	-	-	1.377	-	-	1.157
Passivo de arrendamento	-	-	6.457	-	-	-
Total do passivo	-	-	1.930.805	-	-	1.767.575

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração do Grupo informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pelo Grupo.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.

Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, o Grupo estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

b) Exposição a riscos de créditos

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde o Grupo fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

Para bancos e instituições financeiras, o Grupo tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

c) Operação de derivativos

O Grupo não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício.

d) Risco de liquidez

O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

Para a concretização do seu plano de negócio e liquidação de seus passivos de curto prazo, o Grupo possui dependência de aportes do seu atual acionista.

		Controladora						
31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Debêntures	506.402	585.654	585.654	-	-	-	-	585.654
Outros a pagar	117.099	142.044	71.022	53.267	17.755	-	-	142.044
		Consolidado						
31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Debêntures	1.631.751	2.449.480	585.654	130.929	132.477	149.712	1.450.708	2.449.480
Outros a pagar	117.099	142.044	71.022	53.267	17.755	-	-	142.044
Fornecedores	46.071	46.071	46.071	-	-	-	-	46.071
Credor pela concessão	1.377	1.377	1.377	-	-	-	-	1.377
Passivo de arrendamento	6.457	6.457	2.484	3.973	-	-	-	6.457

		Controladora						
31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Total	
Empréstimos, financiamento e Debêntures	347.631	372.284	372.284	-	-	-	372.284	
Outros a pagar	105.762	141.137	-	70.569	52.926	17.642	141.137	
		Consolidado						
31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Total	
Empréstimos, financiamento e Debêntures	1.631.751	1.744.429	561.545	315.436	394.295	473.153	1.744.429	
Outros a pagar	105.762	141.137	-	70.569	52.926	17.642	141.137	
Fornecedores	28.287	28.287	28.287	-	-	-	28.287	
Credor pela concessão	1.157	1.157	1.157	-	-	-	1.157	

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. O Grupo administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

27. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA (CONSOLIDADO)

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

a) Imobilizado

	2021
Custo com aquisição imobilizado	(33.349)
Saldo de fornecedor no fim do exercício	<u>1.928</u>
	<u>(31.421)</u>

b) Intangível

	2021
Custo com aquisição intangível	(145.983)
Saldo de fornecedor no fim do exercício	<u>15.748</u>
	<u>130.235</u>

c) Empréstimos e financiamentos e debêntures

	2021
Captação de debêntures	1.650.000
Efeito não caixa de captação	<u>(338.580)</u>
	<u>1.311.420</u>

	2021
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(382.252)
Pagamento de debêntures	(950.112)
Custo de transação	<u>(71.138)</u>
	<u>(1.403.502)</u>

* * *